Comunicação Pública

Vol.12 nº 22 | 2017
Número não temático

Martinho, Teresa Duarte; Lopes, João Teixeira; Garcia, José Luís (orgs.) (2016). *Cultura e Digital em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento. (227 páginas). ISBN: 978-972-36-1503-6

Maria João Centeno

Edição electrónica
URL: https://journals.openedition.org/cp/1414
DOI: 10.4000/cp.1414
ISSN: 2183-2269

Editora
Escola Superior de Comunicação Social

Refêrencia eletrónica
Maria João Centeno, «Martinho, Teresa Duarte; Lopes, João Teixeira; Garcia, José Luís (orgs.) (2016). *Cultura e Digital em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento. (227 páginas). ISBN: 978-972-36-1503-6», *Comunicação Pública* [Online], Vol.12 nº 22 | 2017, posto online no dia 30 junho 2017, consultado o 24 janeiro 2023. URL: http://journals.openedition.org/cp/1414 ; DOI: https://doi.org/10.4000/cp.1414

Este documento foi criado de forma automática no dia 24 janeiro 2023.

Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/

Martinho, Teresa Duarte; Lopes, João Teixeira; Garcia, José Luís (orgs.) (2016). *Cultura e Digital em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento. (227 páginas). ISBN: 978-972-36-1503-6

Maria João Centeno

REFERÊNCIA

Martinho, Teresa Duarte; Lopes, João Teixeira; Garcia, José Luís (orgs.) (2016). *Cultura e Digital em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento. (227 páginas). ISBN: 978-972-36-1503-6

1 O livro *Cultura e Digital em Portugal* pretende, segundo os organizadores (Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes e José Luís Garcia), "apresentar um conjunto alargado e plural de pontos de vista, assim contribuindo para um pensamento reflexivo e crítico sobre a cultura e o processo de digitalização" (p. 15). As questões que emergem da sua leitura tinham sido, em parte, apresentadas e discutidas no colóquio *Cultura e Digital em Portugal 2015*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais no dia 17 de junho de 2015.

2 As mudanças na cultura e nas artes, suscitadas pelos processos de digitalização, têm reconfigurado a esfera cultural e artística, nomeadamente nas modalidades de produção e difusão de bens artísticos e culturais, bem como de receção e participação dos leitores, espectadores, etc. Essas mutações destacam a importância de fixar, quase que paradoxalmente num suporte em formato impresso, um conjunto de reflexões que trata da relação do mundo digital com as políticas e os projetos culturais, e os seus

objetivos e discursos. O momento revela-se pertinente, principalmente se atendermos aos discursos dos responsáveis pelo setor cultural em Portugal e na União Europeia e à sua orientação pró-digitalização da cultura e das artes, que se reflete, entre outros aspetos, nas regulamentações propostas e a propor.

3 O livro, através dos treze ensaios apresentados, oferece uma abordagem multidisciplinar, no âmbito das ciências sociais e da comunicação, que problematiza e enriquece a forma como se pode e deve apreender o saber sobre a cultura e o processo de digitalização. Os textos circulam entre: as condições de produção, disseminação e incorporação do digital; as pesquisas sobre o modo como os meios digitais se têm vindo a refletir nas práticas sociais; os estudos de caso sobre a migração para o ambiente digital de objetos culturais e artísticos; e a análise de iniciativas de digitalização de conteúdos por organizações culturais portuguesas.

4 Seguindo o desafio dos organizadores do livro de elaborar outra possibilidade de (re)associação dos textos, começo por vos apresentar a ideia de '*design* social' de Maria Teresa Cruz, que reflete "a construção de comunidades inovadoras, inclusivas e sustentáveis através da disseminação da racionalidade do *design* e da sua transformação numa prática alargada, isto é, em '*co-design*' ou *design* colaborativo, partilhado entre os diferentes atores da própria comunidade" (p. 39). Tal possibilidade surge associada à viragem para uma cultura da participação que, ao consagrar criatividade, *design* e ativismo, concretiza novas formas de experiência e de comunidade e se constitui como alternativa "ao modelo dominante da economia e da governamentalidade das sociedades capitalistas" (p. 40).

5 Tal proposta remonta ao momento situado sobretudo na segunda metade do século XX, ainda que a autora também o inscreva em transformações culturais anteriores, em que a experiência de receção se sobrepôs à obra e a "celebração da experiência da arte" (p. 41) contempla a valorização da participação e da interação dos recetores com a obra e os objetos de arte. Os recetores passivos cedem o lugar a sujeitos ativos e criadores - os "produsers" -, o que enforma "um ideal transversal à cultura mediática como artística, estabelecendo uma nova equivalência: a da arte como comunicação e a da comunicação como arte" (p. 44), concretizado no *design* atual da comunicação e das novas tecnologias da informação.

6 À atividade cultural participativa, que resulta da experiência e do fazer de muitos, está reservado um papel determinante: "reconhecer as formas tecnológicas da experiência contemporânea e tomar parte no desenvolvimento de novas tecnologias culturais seria assim a forma mais efetiva de participar criticamente na nova economia da criatividade" (p. 47).

7 Hermínio Martins e José Luís Garcia falam-nos do *homo connexus*, que traduz as consequências de vivermos tempos em que tudo parece depender da conectividade e em que a tecnologia se assumiu de forma central nas vidas individuais ("processo de hegemonização cibertecnológico", p. 19). Este processo obriga a problematizar: a excessiva vinculação à internet e aos telemóveis, atendendo às alterações na memória e na atenção - "o novo padrão de compreensão e interação é determinado pela dispersão rápida entre estímulos e tarefas, pela dificuldade para o esforço contínuo e fidelizado num mesmo objeto e pelo fluxo contínuo e ininterrupto entre conteúdos e imagens" (p. 26) -; os modos de sociabilidade e de associação entretanto desenvolvidos - "nos desligamos cada vez mais de grupos sociais tradicionais, para participarmos, mesmo anonimamente, secretamente, ou com identidades múltiplas, em redes sociais de vários

tipos, que se multiplicam em termos de diversos interesses e preocupações" (p. 32) -; o 'individualismo de redes'. Implica igualmente aceitar que a abundância de informação pode gerar desinformação; situação particularmente relevante no campo jornalístico, que, como os autores salientam, é hoje atravessado por novos atores, novas lógicas de produção, distribuição e consumo, o que contribui para a fragmentação do espaço público.

8 Tendo sido transformada num poder económico, social e político, os autores destacam o facto de a tecnologia exercer também um poder "gerador de transformações da condição humana" (p. 36). A "necessidade de uma crítica da economia política da tecnologia, da comunicação e da cultura" (p.35) inscreve-se nesta proposta de recusa em apenas contemplar as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento das tecnologias e descuidar as suas implicações nas práticas sociais.

9 O texto de João Teixeira Lopes enfatiza como as novas tecnologias da informação e da comunicação e a consequente proliferação das interações à distância não diminuem a sociabilidade, antes se concretizam na "existência multifacetada e cruzada de um real-real e de um real-virtual" (p. 184). No entanto, as desigualdades sociais (diferenças etárias, capital escolar, condição perante o trabalho e área de residência) são apontadas como determinantes das práticas sociais *online* e do acesso ao ciberespaço. "Em suma, não participa quem quer mas sim quem pode, quem se move em contextos que mobilizam e ativam disposições interventivas" (p. 189).

10 As questões da literacia digital são equacionadas no texto de Ana Jorge e Maria José Brites, onde destacam a premência das políticas de uma educação para os *media*. As oportunidades geradas pelas tecnologias não se distribuem de igual forma, reforçando a necessidade de desenvolver projetos de literacia digital, "em que os envolvidos sejam ativos no desenvolvimento desses projetos (...), sendo capazes de criar oportunidades para eles mesmos" (p. 211), tal como ilustra o projeto educativo de produção de uma rádio *online* de cariz não profissional e educativo, o *RadioActive*.

11 Na esteira dos trabalhos que tem desenvolvido noutros âmbitos, Maria Augusta Babo trata da relação da cultura digital com o livro, problematizando a questão, que considera central, dos modos de o ler. "A leitura hipertextual deixa de se fazer em regime isolado, em torno do livro como obra fechada, para operar na contextualização infinita dos textos em outros textos, numa renovação ou reinvenção do regime intertextual. A leitura tornou-se então uma capacidade cognitiva de exercer hiperligações" (p. 77), sobressaindo o papel dos leitores enquanto "escri-leitores". Autores e leitores encontram-se na simetria da visibilidade e da imersão que a rede promove. Esta possibilidade de os públicos se tornarem ativos através de experiências em que participam, e que são complementares às que caracterizam as indústrias de consumo, permite uma nova ecologia colaborativa, "efetuando cesuras nos públicos, des-massificando o utilizador-fruidor, garantindo-lhe uma participação de caráter individuante, baseada na elaboração própria facultada *on-line*" (p. 85). Também Maria Teresa Cruz tinha, neste mesmo sentido, falado de uma nova economia da criatividade.

12 A partir da ideia de que "o livro dá lugar ao arquivo" (p. 77), Maria Augusta Babo destaca ainda a expansão do arquivo que resulta da digitalização dos documentos em papel e da própria produção documental digital. O arquivo, ao preservar a memória, promove a "musealização geral da existência" (p. 79).

13 José Soares Neves adianta uma perspetiva sociológica das práticas e dos usos quotidianos da leitura em registo analógico e em ambiente digital, concluindo que, com

o digital, apesar de o livro ter perdido a centralidade, se diversificam os modos de relação com a leitura, a oferta de suportes e de conteúdos que requerem leitura, e os usos sociais da leitura. No entanto, mantêm-se as desigualdades sociais (escolaridade, idade e qualificação socioprofissional) no acesso e nas práticas de leitura - "acentuam-se os desafios a que as políticas culturais são chamadas a responder" (p. 205).

14 Ainda no âmbito das relações entre o impresso e o digital, Manuel Portela apresenta as possibilidades de simulação da performatividade literária que o *Arquivo LdoD* proporciona de reconcetualizar e rematerializar a obra de Fernando Pessoa, o *Livro do Desassossego*. "Ao desenvolver uma infraestrutura e um conjunto de princípios de programação que permitem modificar o texto e modificar a organização do texto, o *Arquivo LdoD* cria um conjunto de possibilidades de intervenção e manipulação que excedem uma lógica representacional, virtualizando o livro enquanto potencialidade" (p. 97). A noção de livro como unidade concetual e material é substituída pela noção de livro como motor de exploração e compreensão da natureza e das condições da *performance* literária, dos atos de escrever, editar e ler.

15 Um outro exemplo que ilustra a migração para o ambiente digital de objetos culturais e artísticos é-nos apresentado por Fernando Rosa Dias. A experiência do catálogo *raisonné* digital de António Dacosta permite-lhe refletir sobre a dinâmica multiperformativa que um catálogo digital oferece. A "reorganização imediata, que passa de uma obra para uma relação entre obras, é uma das maiores virtudes agilizadas pela plataforma digital" (p. 105), em que a centralidade é colocada na dimensão pública e interativa deste tipo de edições. Apesar de existir uma redução da relação corporal entre o sujeito e a interface, promovem-se a adesão e novas relações.

16 Deslocando-nos da literatura e das artes visuais para o cinema, Teresa Barreto Borges discorre sobre a alteração das práticas culturais com a conversão do cinema para o formato digital: se a nível da produção, distribuição e exibição tornou possível reduzir custos, a nível dos arquivos colocam-se novos desafios, que vão desde as condições de conservação do formato digital à adequação dos sistemas de projeção das cinematecas. A iniciativa do portal *European Film Gateway*, "que consistiu numa primeira experiência de utilização do formato digital para *comunicação* das coleções" (p. 140), é apresentada como bom exemplo das possibilidades, que entretanto se dinamizam, de aceder *online* ao património fílmico.

17 Marta Pinho Alves propõe-nos também uma reflexão sobre as alterações ocorridas no cinema por via da sua digitalização. Destaca a emergência do microcinema, que, através de modalidades de produção cinemática caracterizadas pela miniaturização, pretende contribuir para uma eliminação da distância entre a representação e o que está a ser representado. O texto percorre diversos exemplos de práticas de microcinema, em que sobressai que as suas "características induzem à diminuição das equipas e de outros recursos aí implicados, à compressão do tempo de produção, à criação de atmosferas mais intimistas, ao depuramento dos resultados" (p. 132).

18 Enquadrando algumas iniciativas de âmbito cultural, Teresa Duarte Martinho explora os programas dos governos nacionais (entre 1993 e 2015) no que à digitalização das obras de arte e cultura diz respeito e confronta-os com documentos produzidos pela União Europeia, no período de disseminação da ideia de sociedade de informação. Como marcos das políticas públicas para a digitalização da cultura, são enumerados: o apoio financeiro do Programa Operacional da Cultura (2000-2006), a Lei da Cópia Privada e a Biblioteca Nacional Digital, que disponibiliza documentos de variadas épocas que

podem ser consultados, desde 2008, através da Biblioteca Digital Europeia *Europeana* (a participação de Portugal foi estendida à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, à Direção-Geral do Património Cultural e à Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema). No entanto, a autora questiona se não poderiam ser pensadas outras orientações políticas em matéria de digitalização da cultura, além das comunitárias.

19 A iniciativa da Biblioteca Nacional Digital (BND) é também analisada por Helena Simões Patrício, nomeadamente o seu contributo para o "aumento exponencial da quantidade de dados digitais disponíveis e na diversificação tanto dos canais de acesso, como da forma de utilização desses dados" (p. 146). A integração de conteúdos digitais da BND em redes - (*Europeana*, Biblioteca Digital do Património Ibero-Americano e *World Digital Library*) - tem possibilitado a diversificação do acesso, a descoberta e a reutilização pelas comunidades, e, às bibliotecas, tem permitido redirecionar a atenção dos conteúdos para as comunidades de utilizadores.

20 Atendendo às políticas públicas de gestão e acesso ao património cultural, o texto de Paulo Ferreira da Costa reflete sobre os sistemas de informação *Matrix* utilizados pela Direção-Geral do Património Cultural (organismo responsável pelas políticas de proteção e valorização do património cultural português) para inventariar coleções museológicas e arquivos fotográficos, bem como promover a proteção legal de património imaterial. O caso do Museu Nacional de Etnologia é considerado como emblemático no que diz respeito ao uso daquela ferramenta na gestão integrada da informação que produz e que "consistiu precisamente no recurso aos registos documentais de Património Cultural Imaterial como componente indispensável da sua comunicação com o público e, como tal, como vertente de valorização e divulgação, em contexto museológico, não simplesmente da vida social dos objetos mas das expressões tradicionais globalmente consideradas" (p. 175).

21 Percorridos os trezes artigos, a demanda que perdura é a de o que fazer com todo o potencial de memória que o digital disponibiliza, na medida em que passa a real quando atinge o seu objetivo, quando é não só lido mas também assimilado pelo maior número possível de pessoas. No entanto, se "persistem na sociedade portuguesa fortes discrepâncias nos acessos e usos das tecnologias digitais" (p. 9), o livro, pelas questões que levanta, contribui para relembrar os responsáveis pelo setor cultural e outros, nomeadamente pelo setor educativo, que o universo dos utilizadores portugueses do ciberespaço continua a necessitar de medidas que dinamizem o seu aumento e consolidem a transição para o digital[1].

22 Sabemos também que a maior frequência de utilização se verifica entre a população mais jovem e com maiores níveis de escolaridade. Daí ser possível deslocar a análise da utilização dos dispositivos para "os usos, as representações e os significados contextuais que os agentes lhes atribuem" (Lopes, p. 190) e refletir sobre alguns dilemas, como os enunciados neste livro, relativos às alterações na lógica da produção e consumo de bens artísticos e culturais entretanto digitalizados, à propensão para o imediatismo e aos riscos de menor contemplação dedicada aos conteúdos culturais e comunicacionais a que acedemos através de um ecrã eletrónico.

23 Se parecem indiscutíveis as facilidades introduzidas pelo digital, nomeadamente no que diz respeito às possibilidades em termos de produção e de facilidade no acesso, continua por realizar o eixo da democratização em virtude das assimetrias que perduram na concretização do acesso a bens culturais, nomeadamente na participação.

A acessibilidade a bens e oportunidades culturais tem de ser acompanhada pela generalização de consumos culturais 'esclarecidos'.

24 Tratando-se a cultura de um setor subfinanciado, persistem os desafios para atingir uma democratização plena. Se se esperava que a digitalização fosse um dos caminhos, tal ainda não aconteceu, mais por falta de medidas que exponenciem uma utilização plena e participativa da internet do que por falta de medidas que promovam a digitalização de objetos culturais e artísticos (como alguns dos textos do livro ilustram).

25 O livro *Cultura e Digital em Portugal*, representante da era analógica, propõe-se como obra aberta e dirige-nos, através de 'hiperligações', a redimensionar o impacto da transição para o digital, colocando precisamente a tónica no reforço de competências cívicas e de participação *online* e lançando o alerta para a necessidade de continuar a promover o acesso e, em simultâneo, a literacia digital.

NOTAS

1. Segundo dados do Eurostat, 68% dos portugueses utilizaram a internet pelo menos uma vez por semana, no ano de 2016; o que faz com que Portugal continue a ser dos países com os menores níveis de utilização da União Europeia, em que o valor médio é 79% (informação consultada em https://observatorio-das-desigualdades.com/2017/04/05/utilizacao-de-internet-em-portugal-mais-de-metade-da-populacao-teve-acesso-a-internet-em-2016/).

AUTORES

MARIA JOÃO CENTENO

mcenteno@escs.ipl.pt
Escola Superior de Comunicação Social,
Instituto Politécnico de Lisboa
Campus de Benfica do IPL
1549-014 Lisboa